

# PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Nº 42 - ANO 5 - AGOSTO DE 1998



**AMAPÁ  
ACOLHE  
ENCONTRO  
DE PARTEIRAS  
TRADICIONAIS**



**GOVERNO  
ESVAZIA LEI  
DE CRIMES  
AMBIENTAIS**

**INDÚSTRIAS  
DETERIORAM  
REGIÃO DE  
CAMPINAS**

**PLANOS  
SOMBRIOS  
PARA O VALE  
DO RIBEIRA**



- 2 Mata Atlântica escapa de leilão em Minas  
Cartas
- 3 Futuro sombrio para a bacia do Ribeira
- 4 Meio ambiente e efetividade da Constituição de 88
- 5 Ambientalistas e agraristas têm os mesmos objetivos
- 6 Alta Costura  
Venezuela atrasa linha de Guri
- 7 Amapá acolhe encontro de parceiras
- 8 Vidas e mortes de Chico Mendes
- 9 Coluna *ponto Doc*
- 10 Medida provisória esvazia Lei de Crimes Ambientais
- 11 Industrialização deteriora interior paulista
- 12 Gestão inepta do Parque de Vila Velha  
Agenda

FECHAMENTO  
DESTA EDIÇÃO  
12/08/98

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

## MATA ATLÂNTICA ESCAPA DE LEILÃO EM MINAS

MARCO ANTONIO GONÇALVES

Uma aliança entre ONGs e o governo estadual impediu que parte dos parques remanescentes de Mata Atlântica de Minas Gerais fosse levado à leilão, no último dia 17 de julho, pela Companhia Vale do Rio Doce. A ação foi articulada após a empresa ter anunciado na imprensa de Belo Horizonte sua intenção de leiloar um lote de 27 fazendas (aproximadamente 57 mil hectares) sobre as quais incidem áreas de floresta em regeneração.

As propriedades desprezadas pela Vale são parte da herança "improdutiva" passada à iniciativa privada pelo governo federal em maio de 1997. Localizadas em sua maior parte na região de Montes Claros e Francisco Sá, norte do estado de Minas Gerais, elas abrigam, segundo avaliação do Instituto Estadual de Florestas (IEF), manchas de floresta estacional semidecidual e decidual em avançados estágios de regeneração natural. Em alguns casos, a mata regenerada cobre mais de 90% das áreas.

O anúncio publicado pela Vale se assemelha à uma liquidação de inverno. Em letras garrafais, as 27 fazendas são oferecidas por condições de pagamento excepcionais - "12 pagamentos sem acréscimo ou em até 36 meses".

"Leiloar estas áreas seria uma espécie de fraude, já que seus adquirentes não poderiam desmatá-las para atividades agrícolas ou para pastagens", informou o advogado Afrânio Nardy, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), não-governamental de Belo Horizonte que esteve à frente da mobilização contra o leilão. Nardy lembra que estas áreas estão legalmente protegidas tanto pelo Decreto 750/93 como pelo artigo 23 da Lei nº 10.561/91, a Lei Florestal de Minas, que protegem áreas de Mata Atlântica.

Minas Gerais é um dos estados com menor índice de áreas protegidas do país (cerca de 3%), e detém apenas 2,02% de remanescentes de Mata Atlântica, números do próprio IEF. No período entre 1990 e 95, foram desmatados 88.951 hectares de sua vegetação, segundo levantamento produzido pela SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e ISA, divulgado em junho. Ao mesmo tempo, a Vale acumula um dos maiores passivos ambientais do estado - gigantescas crateras abertas para exploração mineral, assoreamento de rios, poluição atmosférica em cidades como Itabira.

Para os ambientalistas e os técnicos do IEF, a empresa tem agora uma grande oportunidade

para minimizar sua dívida ambiental com a população mineira. "Entendemos que a empresa deveria, antes de definir sua destinação, identificar os remanescentes florestais, transformando-os em unidades de conservação", sugeriu Maria Dalce, da Amda.

Até poucas horas antes do leilão, os executivos da Florestas Rio Doce S.A., subsidiária da Vale, se mostravam refratários à proposta. No dia 16, enfim, concordaram em cancelar o evento e montar uma equipe para identificar as áreas a serem protegidas. "De início, sabemos que existem áreas de Mata Atlântica e de Cerrado, mas é preciso delimitar exatamente sua extensão e pesquisar sua importância", afirmou Dalce. ☐

**CARTAS**

ESCREVA PARA:  
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS  
AV. HIGIENÓPOLIS, 901  
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL OU  
[HTTP://WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG/PARABOLICAS](http://www.socioambiental.org/parabolicas)

**✉ PORTO PRIMAVERA**  
Ao receber o exemplar do jornal do mês de julho, pude observar a existência de preocupação do Instituto com relação aos danos ambientais causados pela construção da Usina de Porto Primavera (atual Sergio Motta). Diante dessa constatação, me pareceu conveniente submeter ao elevado crivo decisões que a pouco proferi em ações civis públicas propostas pelo Ministério Público local, onde, após a prolação de sentenças favoráveis à questão ambiental, o Ministério Público firmou acordos com a Cesp. Como poderão observar das decisões em anexo, não homologuei nenhuma das transações, ficando a questão submetida, agora, ao crivo do Tribunal de Justiça/MS.

*Roberto Lemos dos Santos Filho,  
juiz de Direito em Bataguáçu (MS)*

**✉ ÚLTIMO ABRAÇO**  
Foi com muita emoção que li o artigo de Beto Ricardo escrito para Virgínia (*Parabólicas* 41). Tomei coragem de me manifestar, depois de um longo período de uma certa letargia, fruto do choque causado pela notícia de sua morte tão inesperada. Os meios de comunicação informatizados, eficazes por um lado, mas sem contato pessoal por outro, fizeram com que eu não compreendesse a demora na resposta de um e-mail enviado a ela na semana de seu falecimento. Sua ausência inesperada, mas ao mesmo tempo marcada por uma existência plena, cheia de realizações, nos deixa apenas com a dor e a certeza de que será bem mais difícil continuar com uma pessoa a menos, que, como muito bem escreveu Beto, era o sinal de mais do CTI. Quero que esse fax seja o último abraço que eu não pude dar.

*Rosely Nakagawa*

## DELÍRIO DAS ÁGUAS

TERESA URBAN

### Projeto de troca de mananciais sacrifica bacia do Ribeira

O governo do Paraná quer transformar o rio Ribeira de Iguape no principal manancial de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), segundo proposta concluída em novembro passado e apresentada no *Projeto Alto Ribeira - Proposta Alternativa de Abastecimento Público da RMC*, preparado pela Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), órgão estadual. O documento confirma a intenção do governo estadual de abandonar as fontes de abastecimento mais próximas da capital e captar água em áreas de menor interesse imobiliário.

A troca de mananciais que distam em média 20 km, com água peregrina proveniente da Serra do Mar, por outros localizados a mais de 100 km não é, porém, o único absurdo do estudo: seus proponentes apontam como solução o aproveitamento do reservatório de Tijuco Alto, "cuja barragem localizar-se-á no município de Adrianópolis, nordeste do estado do Paraná, a ser construída em cinco anos pelo Grupo Votorantim". As graves consequências ambientais e sociais da construção da Usina de Tijuco Alto - que têm mobilizado moradores da região, ambientalistas e técnicos de governo contra o projeto ao longo dos últimos oito anos - foram completamente ignoradas pelos autores do tal estudo.

A intenção de descartar os mananciais da bacia do Alto Iguape começou a se definir no início de 1996, quando o governo do estado permitiu a instalação da fábrica da montadora francesa Renault em São José dos Pinhais, contrariando a Lei Estadual 8.935/89, que estabelece restrições às atividades industriais em áreas de manancial. Para "legalizar" o empreendimento, o governo modificou, por decreto, os limites da bacia do Alto Iguape, o maior manancial de abastecimento da RMC, com capacidade para fornecer 3 mil litros por segundo. As vantagens e isenções concedidas à instalação da fábrica geraram, em poucos meses, o "feito Renault", que atraiu outras montadoras e dezenas de fornecedores para a região.

Em consequência, outros municípios do Alto Iguape passaram a oferecer vantagens adicionais para atrair parte dos investimentos, sem que houvesse por parte das autoridades públicas responsáveis pelo cumprimento da legislação ambiental qualquer providência. Ao contrário. Seguindo o exemplo da Renault, as indústrias adotaram um protocolo singular: anunciam com toda a pompa - e frequentemente com a presença do governador Jaime Lerner - o propósito de se instalarem na região, compram ou ganham o terreno necessário, começam as obras e depois solicitam licença de instalação. Rito aceito pelo Instituto Ambiental do Paraná, que tem licenciado tais empresas sem exigências, embora muitas delas estejam situadas em áreas de manancial. De patinho feio submetido a toda a sorte de restrição de uso, os terrenos da região foram transformados em áreas valorizadas, onde proliferam ambiciosos projetos residenciais para as classes A e B - que, antes, esbarravam nos critérios de ocupação estabelecidos pela Lei 8.935/89.

#### CÓPIA GROSSEIRA

Para remover os obstáculos à ocupação dos mananciais, a Comec desenvolveu a nova lei de "proteção" aos mananciais da RMC e o Projeto Alto Ribeira. A nova lei foi aprovada em regime de urgência pela Assembleia Legislativa do Paraná, poucos dias depois de uma audiência pública tê-la considerado inaceitável. A versão paranaense é cópia grosseira da Lei de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana da Grande São Paulo e comete erros imperdoáveis, como dividir a gestão da bacia por municípios e admitir que uma bacia hidrográfica possa ser fracio-



Área de manancial em Curitiba: quintal para indústrias.

nada. Além disso, ignora que na época em que a lei paulista foi aprovada já havia uma lei estadual de recursos hídricos, que criou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e a estrutura de comitês de bacias hidrográficas. Nada disso existe no Paraná.

O Projeto Alto Ribeira parte do princípio de que o próprio Relatório de Impacto Ambiental da UHE de Tijuco Alto sugere usos múltiplos para seu reservatório. Portanto, "ao menos quanto ao empreendedor, há a possibilidade de se dedicar parte do empreendimento ao abastecimento de água potável, aproveitando-se de um recurso hídrico que possui características de qualidade enquadradas na Classe 2 da Resolução nº 20 do Conama", objetivo difícil de manter nos mananciais de Curitiba.

Além disso, o projeto traz uma série de vantagens, a primeira delas no mínimo curiosa: diminuição dos impactos causados pelas inundações para formação de novos reservatórios na bacia do Alto Iguape - argumento estranho, pois se trata da mesma região onde estão autorizados empreendimentos industriais e imobiliários de todo o tipo. Os impactos ambientais da Usina de Tijuco Alto foram ignorados e as vantagens apresentadas são de caráter claramente financeiro: incremento nas arrecadações dos municípios da porção norte da RMC (Alto Ribeira), com a maior participação no ICMS Ecológico (pela criação compulsória de áreas protegidas, como medida compensatória pela obra), ICMS, IPI etc.

Outro dos atrativos revela os princípios que norteiam o projeto: redução dos custos dos órgãos estaduais e prefeituras municipais relativos à manutenção da qualidade hídrica nas áreas destinadas a mananciais na RMC. Para os autores do estudo, se a área não for destinada a manancial, a poluição dos rios estará liberada e os funcionários encarregados da extensão rural, que zelam pela manutenção da qualidade da água e da fiscalização, poderão ser dispensados.

O último item das "vantagens" do projeto, além de estabelecer efetiva aliança entre o governo do Paraná e o Grupo Votorantim, afirma a intenção de abrir espaço para a exploração da Mata Atlântica em área relativamente isolada: "expectativa de crescimento econômico e social da região do Vale do Rio Ribeira, com a possibilidade da implantação do Projeto Alto Ribeira e todos os seus respectivos projetos", entre eles "Implantação de Infra-Estrutura Viária Básica" e "Fomento às Atividades de Transformação do Potencial Madeireiro e Mineral". ☐

*Teresa Urban é jornalista e coordenadora da Rede Verde de Informações Ambientais, no Paraná*





Em outubro, a Constituição Federal completará dez anos. Oportuno refletir sobre a sua dimensão ambiental e sua implementação. Muitas ONGs se articularam para a sua elaboração, destacando-se a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente. A Constituição não sofreu emendas na parte ambiental, após sua promulgação.

Apontamos duas grandes avenidas ambientais na Constituição: a divisão das competências entre União, Distrito Federal, estados e municípios e as determinações e proposições contidas no artigo 225.

Os estados passaram a ter competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades concorrentemente com a União, caso esta se mantiver omissa ou ausente (artigo 24, § 3º). Constatou-se, contudo, a inércia dos estados em legislar sobre meio ambiente. Maranhão e Mato Grosso foram estados que conseguiram adotar lei ambiental estadual. O Paraná utilizou-se de sua possibilidade constitucional de instituir cadastro de agrotóxicos, tendo o Supremo Tribunal Federal (STF) garantido, em 1991, essa possibilidade. Repetiu esse julgamento, em 1996, com relação ao Rio Grande do Sul. Questão atual é de afirmar-se o direito de os estados criarem certificados de biossegurança ou legislar, de forma suplementar, no concernente às manipulações genéticas.

Pelo artigo 23 a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm "competência comum" para implementar legislação ambiental. A cooperação nessa execução deverá ser estabelecida por lei complementar, como expressamente diz o parágrafo único desse artigo. Repartir as competências numa Federação é tarefa política de grande envergadura que deve ser feita segundo as regras da Lei Maior. Constata-se, assim, a precipitação e a usurpação de poderes praticadas por um órgão que vinha prestando bons serviços – o Conselho Nacional do Meio Ambiente – ao estabelecer competências em sua Resolução nº 237/97.

O artigo 225 em seus seis parágrafos, com o § 1º dividido em sete incisos, contém um ideário jurídico ambiental básico. Entrelaçam-se regras de aplicabilidade imediata e normas que passam a depender de legislação infra-constitucional. O enunciado do artigo 225 repete o que muitas Constituições no mundo afirmam – o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. Essa afirmação passa a ser medida básica de todos os direitos ambientais. Procura-se, também,

evitar a estatização e a privatização dos bens que compõem o meio ambiente e volta-se à noção do Direito Romano do "bem de uso comum do povo". É um conceito a ser arduamente implementado para que as águas (Lei 9.433/97) não se tornem domínio dos que tiverem a outorga dos recursos hídricos e para que a fauna silvestre, sendo gerida pelo Poder Público (Lei 5.197/67), não seja por ele extinta ou comercializada pela sua omissão em fiscalizar.



Serra do Mar: alvo de decreto inconstitucional em 1989.

O desenvolvimento sustentado ou duradouro, expresso no dever de o Poder Público e de a Coletividade preservarem o meio ambiente para as "atuais e futuras gerações", passou a ter respaldo no crime do artigo 54, § 3º da Lei 9.605/98, que obriga a adoção de medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave e irreversível.

Os espaços territoriais especialmente protegidos passam a ter na "lei" a sua grande defensora. O primeiro caso em que se constatou o vício de inconstitucionalidade foi um decreto do governador de São Paulo, que não previa o processo legislativo para a alteração dos limites de parque estadual. O STF, em 1989, tornou tal decreto ineficaz e, com isso, evitou-se a construção de mais uma rodovia cortando a Serra do Mar, dilapidando-se o patrimônio natural. Não se imobiliza o desenvolvimento, mas se dá oportunidade para que sejam debatidas as transformações dos ecossistemas através do procedimento legislativo, com liberdade e publicidade de participação.

### PREVENÇÃO À DEGRADAÇÃO

O estudo prévio de impacto ambiental (EPIA) foi erigido pela Constituição Federal como o instrumento necessário de prevenção da significativa degradação do meio ambiente (artigo 225 § 1º, IV). O STF, em 1994, declarou inconstitucional artigo da Constituição de Santa Catarina, que dispensava esse estudo em áreas de florestamento ou reflorestamento. A Constituição de 1988 inseriu no EPIA a característica da "publicidade". Uniu-se a avaliação científica com o direito de acesso à informação e o direito de todos de opinar, antes que os órgãos públicos expeçam licenças e autorizações. Insista-se na responsabilização criminal dos agentes públicos, aplicando-se a Lei 9.605/98, quando indevidamente dispensarem o EPIA ou o aceitarem de forma insuficiente.

A responsabilidade penal da pessoa jurídica por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente teve sua previsão constitucional (artigo 225, § 3º). O legislador brasileiro merece cumprimentos por ter tido coragem e a consciência social de inserir esse princípio na Lei 9.605/98 (artigos 3º e 21-24). Só em último caso, se procurará a reprimenda penal, continuando a responsabilidade civil como norma prioritária no combate judicial às agressões ambientais, pois "a obrigação de reparar os danos" (artigo 225, § 3º), não está presa à aplicação de sanções. Felizmente, tanto a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente (1981), como a Lei de Engenharia Genética (1985), ambas no artigo 14, abraçaram a responsabilidade civil sem culpa ou objetiva, na qual se responsabiliza pela conduta ou pelos resultados. Ao atribuir a defesa do meio ambiente também ao Ministério Público

(artigo 129), a Constituição Federal indica como marca desse interesse difuso e coletivo sua indisponibilidade (artigo 127). A Constituição do Brasil e a legislação infra-constitucional proporcionam-nos ferramentas jurídicas, que serão eficazes na medida em que as conhecermos pela educação e as usarmos pela participação e organização de todos. ☐

Professor na Unesp e na Universidade de Limoges (França). Autor do livro *Direito Ambiental Brasileiro*.

## Para antropóloga, ambientalistas e agraristas perseguem o mesmo objetivo

A antropóloga e educadora Leila Chalub Martins acredita que as divergências entre ambientalistas e agraristas não têm razão para existir. "Ambos lutam contra uma modernização conservadora da agricultura", afirma. Seu trabalho junto ao assentamento Terra Conquistada, em Goiás, fruto de uma parceria entre a UnB e o Instituto Brasil de Educação Ambiental, e sua inserção entre ONGs ambientalistas lhe dão uma visão privilegiada sobre o assunto. Abaixo, ela nos fala a respeito.

**Parabólicas:** Qual é a sua interpretação dos recentes desentendimentos entre ambientalistas e agraristas?

Em síntese, os ambientalistas querem colaborar com os produtores rurais na implementação de atividades produtivas e sustentáveis em suas propriedades. Isto significa a busca da melhoria da produtividade das áreas cultivadas, evitando-se assim novos desmatamentos das fronteiras agrícolas; o desenvolvimento de tecnologias capazes de conciliar produção e conservação; a redução da captura de animais silvestres; a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural. É justamente nestas frentes de luta que os ambientalistas se deparam com os trabalhadores rurais sem-terra em sua luta pela reforma agrária. E o que estes desejam? Sinteticamente, um modelo de desenvolvimento agrícola que seja capaz de reter os trabalhadores rurais no campo com níveis satisfatórios de qualidade de vida e trabalho; que dinamize a rede de pequenas e médias cidades, desconcentrando assim as atividades dinâmicas; que reduza o custo da alimentação para permitir a ampliação do mercado interno. Para tanto, precisam da decisão política de eliminação do latifúndio para romper o uso histórico da propriedade como instrumento de exploração, especulação e poder discricionário de acesso a recursos públicos. Desejam um modelo de agricultura de base familiar, que tornará o setor mais homogêneo, alcançará maior produtividade média, menor concentração de renda, melhor distribuição do consumo e ampliará o mercado de bens de uso comum, produzidos internamente.

**Parabólicas:** Os antagonismos, portanto, são apenas aparentes...

Não há antagonismos. Os ambientalistas lutam contra um modelo de desenvolvimento baseado no uso abusivo dos recursos naturais. Os agraristas lutam pelo acesso à terra, negado historicamente ao povo brasileiro pelo mesmo modelo excludente de desenvolvimento. Ambos lutam contra uma modernização conservadora da agricultura, cujos principais resultados foram a subutilização da terra, a geração de um potencial produtivo sem mercado, desemprego no campo e nas cidades e agudas desigualdades regionais. Tomar estes grupos como dissidentes significa fechar os olhos para o todo. É prejuízo político para a luta de ambos. A visão descontextualizada do conflito é alimentada por interesses que pretendem desarticular e enfraquecer grupos e movimentos sociais, aos quais já não é possível negar sua força e os resultados concretos de sua luta.

**Parabólicas:** Quem se beneficia com essa contenda?

Os responsáveis pela destruição da Mata Atlântica e pelo desmatamento da Amazônia. Aqueles que se beneficiam de um modelo de agricultura que expulsa o trabalhador do campo e que implica na perda gradativa de solos do cerrado na produção de grãos, cuja destinação não é a alimentação de milhões de brasileiros. Evidentemente, existem situações pontuais em que conflitos imediatos se tornam mais agudos. É o caso, por exemplo, da Reserva Biológica de Una (BA), onde existem remanescentes de mata perto da reserva, em propriedades particulares, de grande importância para o seu funcionamento, uma vez que estes remanescentes são interligados à reserva por plantações de cacau com sombreamento natural, as chamadas cabruças. Estas áreas têm sido tomadas para assentamentos, somando 2.556 hectares e comprometendo 958 hectares da mata, o que perfaz 6% da área total de matas remanescentes. Ora, parece claro que o problema está na política de assentamento que desconhece estudos já realizados pelos ambientalistas e desrespeita a legislação, não realizando, previa e obrigatoriamente, estudos de impacto ambiental para a definição das áreas dos assentamentos.

### "DIVERGÊNCIA É PREJUÍZO POLÍTICO PARA AMBOS"

**Parabólicas:** Uma certa intolerância entre as partes tem dificultado as iniciativas de diálogo. Como transpor as diferenças e enfatizar os interesses comuns?

Minha experiência indica que os trabalhadores rurais sem-terra foram expulsos do campo, em períodos variados, por falta de empregos rurais, falta de acesso à terra. Contam histórias de posse da terra por algum parente, perda por falta de condições objetivas de produção: crédito, assistência técnica, organização da produção. O seu retorno à vida rural implica a busca de um saber familiar e comunitário, muitas vezes já desprezado, para enfrentar os problemas imediatos decorrentes do plantio e da criação de animais. É um grupo de baixíssimo nível de escolarização. Ora, ainda que estejam abertos ao aprendizado de novos mecanismos de sobrevivência no campo, estão habituados ao modelo de monocultura, ao plantio de grãos, e, se não forem bem orientados e subsidiados por políticas adequadas, vão insistir em práticas muitas vezes incompatíveis com o modelo de agricultura familiar que defendem, de reduzido impacto ambiental. Além disso, são pessoas comuns, dotadas de práticas culturais também comuns, e que, de algum modo, acarretam problemas ambientais. Por exemplo, pelo fato de estarem próximos a matas, muitas vezes têm o hábito de aprisionar animais silvestres ou mesmo de caçá-los, não tanto por fome, mas por um estranho prazer em caçar. Só identifiquei uma saída: a construção coletiva do conhecimento entre ambientalistas, acadêmicos e produtores rurais, no sentido do adequado enfrentamento da sobrevivência com maior nível de qualidade de vida e com um mínimo de prejuízo ambiental. Isto nas condições concretas da vida deste últimos, ou seja, na realidade dos assentamentos e na assimetria das suas relações sociais. (MAG) ☐



• **Fogo de palha** - Depois de ver seu prestígio internacional chamuscado pelo fogo que devastou parte de Roraima, o presidente Fernando Henrique aprovou, dia 8 de julho, o decreto 2.661, regulamentando o artigo 27 do Código Florestal, que trata do uso do fogo em atividades agropecuárias e florestais. Ao assinar o decreto, FHC preteriu um texto preparado pelo Ibama e discutido com ONGs em favor de uma versão mais permissiva, segundo alguns ambientalistas, preparada pela Casa Civil da Presidência da República.

• **Cientistas loucos** - Líder nas pesquisas para o governo do Amazonas, o candidato à reeleição, Amazonino Mendes declarou ao jornal *A Crítica* (Manaus) que "a prática mostra que investir em pesquisa não dá resultados; é jogar dinheiro pelo ralo". A afirmação foi feita para justificar sua intenção de reduzir o percentual do repasse estadual obrigatório para pesquisa, em especial para o Inpa, de 2% para 0,2%. Na mesma ocasião, Amazonino afirmou que os cientistas do Inpa - selecionado como um dos centros de excelência científica na Amazônia pelo PP-G7-, só fazem "pesquisas malucas".

• **Pretos da Amazônia** - A Superintendência do Inera no Pará publicou a portaria 69, de 16/06/98, criando o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Itamauari, área de remanescentes de quilombos localizado no município de Cachoeira do Piriá, no Pará. A área criada tem 5.377,6 hectares.

• **Subjetividades** - O presidente da Funai, Sullivan Silvestre, encaminhou ao Ministro da Justiça, Renan Calheiros, o processo de demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR) solicitando que desconsidere os termos do Despacho nº 80, de dezembro de 96, assinado pelo ex-ministro da pasta, Nelson Jobim, que propôs redução da área em cerca de 300 mil hectares. Em seu ofício, Silvestre afirma que informações repassadas pelo

Conselho Indígena de Roraima "dão conta de uma redução de ocupantes não-índios no interior da TI", o que contraria a tese de Jobim de que seus "ajustes" visavam "preservar núcleos não-índigenas já consolidados".

• **Biocharlatanismo na web** - Uma página na Internet, assinada por uma tal de AABI-Mapinguari, oferece "a melhor farmácia de nossa planeta" aos internautas. O site lista dezenas de plantas brasileiras, seus nomes populares e seu uso habitual, inclusive por populações tradicionais. A página sugere que os interessados nestas terapias da floresta enviem sua sintomatologia por e-mail: "teremos sempre um médico para a prescrição da melhor planta e da respectiva posologia". Experimente: <www.canal13.com.br/laabi/hp007.html>

• **Protocolo mofado** - A Rede de ONGs da Mata Atlântica denunciou, em julho, que o Banco do Nordeste está financiando projetos agrícolas que vêm gerando desmatamentos na região sul da Bahia. Somente na região de Camacua, foram detectados 60 projetos, que derrubaram cerca de 1,2 mil hectares de mata, boa parte em unidades de conservação. Lembrete: o Banco do Nordeste é uma daquelas instituições que deveria estar seguindo o Protocolo Verde, anunciado pelo governo federal em novembro de 1995, pelo qual bancos estatais deveriam atentar para os impactos ambientais dos projetos que contam com seus financiamentos.

• **Monsantosaurus** - Enquanto sacia seu megaapetite abocanhando empresas de biotecnologia mundo afora, a americana Monsanto aguarda autorização do governo brasileiro (CTNBio) para produzir e comercializar uma soja transgênica cuja peculiaridade é ser resistente apenas ao seu herbicida, o Roundup. No final de julho, entidades brasileiras solicitaram a rejeição do pedido, alegando que a avaliação de risco ambiental apresentada pela Monsanto "apresenta deficiências metodológicas graves".

## VENEZUELA ATRASA LINHÃO DE GURI

O acordo de interconexão energética celebrado entre o Brasil e a Venezuela está enfrentando problemas do lado de lá da fronteira. No último dia 17 de junho, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), citando informações publicadas no jornal *Folha de Boa Vista*, divulgou que as obras da linha de transmissão proveniente da Usina de Guri sofrerão atrasos. O anúncio foi feito por técnicos venezuelanos à Eletronorte em uma reunião ocorrida no início de junho na cidade de Puerto Ordaz. Pelo contrato celebrado entre os países, a obra deveria estar totalmente concluída até dezembro de 1998. Entretanto, um novo cronograma estabelecido entre as partes prevê o início das operações do linhão para junho do próximo ano.

As justificativas para o atraso, segundo o diário roraimense, decorrem de entraves que a estatal energética Eletrificación del Caroni (Edelca) enfrenta com fornecedores de equipamentos e de materiais e com a legislação ambiental de seu país. Apesar de não constar nas explicações oficiais, as obras sofrem acirrada oposição das populações indígenas que habitam a área de influência da linha de transmissão, no Parque Nacional Canaima.

Para minimizar o descontentamento do governo brasileiro - que tem o linhão como componente de um plano de desenvolvimento econômico para a fronteira, no âmbito da segunda fase do Brasil em Ação - a Venezuela adquiriu, por empréstimo, um gerador AEG Kanes, de 20 mW, para ser instalado em Boa Vista (RR). Sua capacidade de geração, somada à de outras fontes, praticamente supre a demanda da capital, estimada em 42 mW em horário de pico, segundo estimativas da imprensa local. O aluguel do gerador deve ajudar, ainda, a Venezuela a se livrar das pesadas multas previstas no contrato com o Brasil, que podem chegar a US\$ 1 milhão.

A Venezuela é o quarto produtor mundial de energia elétrica, de acordo com sua embaixada no Brasil. Na região de Guayana, fronteira com o Brasil, sua capacidade instalada é de 12.540 mW. A Edelca investe em outras duas usinas na bacia do rio Caroni (Macagua I e II), a fim de elevar essa capacidade em mais 4.320 mW. O governo brasileiro tem vários acordos bilaterais assinados com os vizinhos, inclusive um zoneamento econômico-ecológico, concluído pela Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) no início do ano, sobre uma área de 20 mil km<sup>2</sup> na fronteira. O levantamento, segundo seu coordenador, Valter José Marques, pretende orientar as políticas de desenvolvimento para a região, que devem ter a BR-174 como eixo. (MAG)

## PROTESTO INDÍGENA RESSOA

Fustigados pelas obras da linha de transmissão de Guri, cerca de 600 índios Kari'nã, Arawako, Akawaio e Pemón interromperam, na última semana de julho, a rodovia El Dorado para exigir do governo a paralisação das atividades e o imediato reconhecimento dos direitos de propriedade sobre as terras que ocupam. Moradores do Parque Nacional de Canaima - cuja margem oeste é desenhada pelo rio Caroni, que tem seu potencial hidrelétrico intensamente explorado -, os índios acusam a Edelca pela destruição da vegetação nativa e de áreas agrícolas. Ao contrário do Brasil, onde os direitos territoriais indígenas são de demanda constitucional imposta ao Estado, na Venezuela os povos indígenas vivem em áreas de preservação, sem direitos específicos sobre as terras onde desenvolvem suas atividades tradicionais. Desde o início de 97 as etnias perturbadas pela construção do linhão protestam contra o governo venezuelano, acusando-o de alijá-las de qualquer discussão sobre o projeto.

## BENDITAS PARTEIRAS DO MUNDO

ELSON MARTINS

### Encontro no Amapá valoriza parto natural

As parteiras tradicionais e as grávidas do mundo podem festejar! A priorização da humanização do parto deixou de ser uma preocupação apenas das ONGs e já envolve autoridades e profissionais de saúde dos continentes. O Primeiro Encontro Internacional de Parteiras da Floresta foi ilustrativo dessa tendência. Promovido em Macapá pelo governo do Amapá e pela entidade Cais do Parto, de Pernambuco, entre 18 a 21 de julho, o evento chamou a atenção da imprensa, ganhando espaço até no prestigiado *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão.

O encontro, na verdade, teve características inéditas: aconteceu numa maloca construída na linha do Equador, reuniu 400 parteiras da Amazônia e do Nordeste, inclusive parteiras indígenas. Atraiu, ainda, representantes da Alemanha, Canadá, Cuba e Costa do Marfim (África), contando com membros da Comissão Européia, Unicef, ministérios da Saúde e do Trabalho, além das ONGs de vários estados ligadas ao movimento.



Discriminadas ao longo de vários anos...

A abertura na noite de 18 de julho foi apoteótica. Uma romaria de parteiras empunhando tochas acesas caminhou da margem do rio Amazonas para a Fortaleza de São José de Macapá - monumento histórico construído pelos portugueses há 230 anos-, criando um clima emocional que contagiou a todos e perdurou nas discussões em grupo.

Emoções à parte, o que se colheu de dados e ouviu de experiências e sugestões pode ser interpretado como um avanço da rede nacional das parteiras. Amanaman Akoa, do Instituto de Saúde Pública da Costa do Marfim, Christine Roy e Jennifer Stonier, da Casa do Parto em Quebec (Canadá) e as deputadas européias Cristine Delannon (França) e Gabi Koppers (Alemanha) mostraram com depoimentos que a humanização do parto é uma preocupação de países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Os dados nacionais coletados pela entidade pernambucana Cais do Parto são eloqüentes: há 30 anos o Brasil detém a liderança mundial de partos cesarianos, realizando até 558 mil cirurgias anuais com um custo de R\$ 83,4 milhões para o sistema público de saúde. Isso, apesar do hospital da Universidade de Campinas (Unicamp) estimar que os partos naturais custem menos da metade e comportem menos riscos.

Nos casos de partos cesáreos, o Brasil responde por um saldo médio de 114 óbitos maternos por cada 100 mil nascidos vivos. Uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz revela que, no período de 1940 a 1995, a mortalidade materna nos hospitais públicos e conveniados para parto cesáreo foi três vezes superior a de parto normal. A proporção desfavorável ao parto cesáreo aparece também em pesquisa do Ministério da Saúde.

Mas o problema não se circunscreve apenas à modalidade do parto. Nas regiões mais pobres do mundo, como no Nordeste, na Amazônia e na Costa do Marfim, o papel das parteiras cresce, assumindo responsabilidades do poder público. Na Costa do Marfim, elas ajudam a grávida no parto, pesam o bebê, fazem o registro na prefeitura e ainda orientam a mãe sobre as vacinas e a alimentação. "As parteiras são a garantia das nossas tradições ancestrais", disse o médico africano Amanaman Akoa.

Na Amazônia, o reconhecimento e aproveitamento do trabalho das parteiras não avançou tanto. O governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, principal patrocinador e anfitrião do encontro, lamentou que muitos brasileiros levem até 30 anos para ganhar uma certidão de nascimento e serem considerados cidadãos. O governador, que estimulou o registro de 530 parteiras tradicionais no estado, reduzindo o índice de partos cesáreos a 12%, um dos menores do país, propõe a valorização e remuneração das parteiras para humanizar os partos e nascimentos na Amazônia.

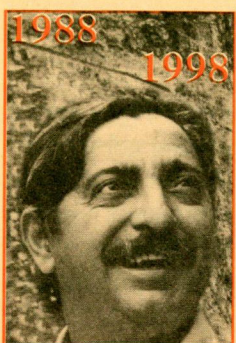


... parteiras tradicionais ganham reconhecimento público no Amapá.

Essa e outras medidas reclamadas no encontro poderão ser concretizadas através do Programa Nacional de Parteiras do Ministério da Saúde, como sugeriu o médico Helvécio Bueno, coordenador do programa. "Estamos com a faca e o queijo na mão, numa situação em que podemos modificar normas através de resoluções e portarias dos governos municipal, estadual e federal", disse. Pelo sim, pelo não, as parteiras aprovaram mais de 20 propostas e encerraram o encontro dando-se as mãos na linha imaginária do Equador, um símbolo do planeta tão forte quanto a fé, a força e a tradição de sua atividade. ☐

Elson Martins é jornalista no Amapá e veio ao mundo pelas mãos de uma parteira tradicional





Suponhamos, por alguns momentos, que pudéssemos dividir a realidade em três níveis e quiséssemos situar a vida e a morte de Chico Mendes em cada um deles. O nível imediatamente acessível ao nosso entendimento seria descrito pela palavra “material” e sua expressão racional, para atender a todas as freguesias, econômica-social-política.

Nesse nível, Chico Mendes contribuiu para uma tentativa de estabelecer um novo padrão nas atividades de subsistência. Depois de algumas viagens, debates, ações políticas e encontros com diversas pessoas, Chico elaborou uma leitura da Amazônia e defendeu o que costumamos chamar de “um novo modelo de desenvolvimento”. A principal proposta é a Reserva Extrativista, módulo básico do desenvolvimento sustentado regional. A grande virtude da leitura de Chico Mendes é a sua amplitude. Ele partiu de um campo restrito: a defesa dos direitos sociais e a luta pela terra. Poderia ter sido um sindicalista rural destacado, que num ambiente democrático obteria conquistas parciais para as categorias de trabalhadores que representava. Mas a singular situação social dos seringueiros, diferente em vários aspectos do camponês histórico, levava a uma necessidade de superação desse padrão político restrito. A decepção imediata foi com o módulo de reforma agrária do Inca, mais que suficiente para qualquer camponês do mundo mas “apertado” para uma família extrativista.

Em algum momento Chico Mendes vislumbrou no ideário socialista a amplitude de uma proposta geral, em que a situação dos seringueiros, incluídos na “classe trabalhadora”, seria equacionada. Mas os modelos econômicos e as ações políticas possibilitados pelo ideário socialista foram insuficientes. Primeiro porque não apontavam as alternativas econômicas imediatas que os seringueiros exigiam - nem apontariam, o socialismo nunca soube o que fazer com as florestas. Segundo porque propunham uma “revolução” suicida. Chico Mendes não buscou a aventura, nem era de isolar-se em algum gueto partidário. Descobriu os ecologistas e passou a andar na companhia de “verdes” de todo tipo. Aproximou-se de cientistas e técnicos, chamou-os para elaborar e executar projetos. Fez uma aliança com os índios e passou a falar não apenas em seringueiros mas em “povos da floresta”. Sua atuação passou a criar um campo de confluência entre vários pensamentos, dos quais ele tentava conseguir resultados práticos.

O modelo resultante desse encontro, sintetizado na proposta das reservas extrativistas, pode ser resumido em três funções: conservação ambiental, economia cooperativa de base florestal (incluindo a pesquisa de novos produtos da floresta) e garantia de direitos sociais (especialmente educação e saúde). Mesmo sem dispensar -e até exigindo- a presença do Estado, havia uma disposição de alcançar a autogestão. A ordem era: com ou sem o Estado, arranjar parceiros não-governamentais e financiamento externo.

## CAMINHO DO MEIO

A morte de Chico Mendes não interrompeu a tentativa de estabelecimento desse modelo. Ao contrário, a solidariedade aumentou e multiplicaram-se os projetos. Mas o “ponto de encontro” que Chico Mendes era deixou de existir. Na disputa interna que se seguiu, um certo cutismo de extração sectária aparelhou o movimento e afastou as parcerias. Algumas organizações estiveram à beira da falência. Só agora parece haver uma lenta e difícil recuperação.

As idéias que ganharam força na vida de Chico Mendes espalharam-se e influenciaram diversos setores, alimentando a adesão, hoje generalizada, ao conceito de “desenvolvimento sustentável”. Há uma dúzia de experiências práticas em andamento, algumas já com resultados animadores. Mas os principais obstáculos à generalização desse modelo ainda estão por ser superados: os latifundiários, pecuaristas e madeireiros ampliaram seu controle sobre o aparelho do Estado; vivemos sob o império da licenciosidade exploratória.

O nível seguinte, poderíamos chamar de “cultural”. Temos pela frente um muro: a Amazônia no horizonte da sociedade industrial, símbolo dos limites e das possibilidades da civilização humana. O conteúdo desse simbolismo tem raízes nos temores e nos desejos de cada ser humano, mas só pode ser racionalmente percebido por aqueles que tem suas necessidades materiais satisfeitas e um mínimo de informação. Nessa faixa é que se estabelece com mais firmeza o consenso da consciência coletiva que organiza o mundo.



Por trás do muro, o impasse da espécie. O amplo e profundo impasse entre civilização e natureza que se construiu durante milênios até ser levado à radicalidade máxima pelos tempos modernos. A Amazônia, “última fronteira da Terra”, desafia ao mesmo tempo o desejo de domínio total sobre a natureza e o temor dos flagelos que adviriam dessa vitória final. Há outras fronteiras: a criação da vida em laboratórios, a bomba atômica, a descoberta de vida em outros planetas, o domínio do mundo pelos computadores etc. Todas expressam o desejo e o temor de chegar ao fim, de dar o salto mortal sobre o abismo que separa o homem do super-homem antevisto por Nietzsche. Chico Mendes expressou a possibilidade do “caminho do meio”, a superação do impasse, a recuperação do entendimento com a natureza sem abdicar da civilização. O controle do ser humano sobre seu próprio poder oferece outra segurança além da prevenção de catástrofes: a certeza de permanência do antropocentrismo. Ainda somos os deuses deste mundo.

A morte de Chico potencializou o simbolismo amazônico. Deu visibilidade ao impasse. Ao mesmo tempo, colocou o indivíduo no centro dos acontecimentos. Mostrou a universalidade existente em cada atitude individual. Deu importância mundial a cada drama local: se Xapuri é o umbigo do mundo, qualquer lugar pode ser ainda mais importante. Ao mesmo tempo, proporcionou uma expiação de culpas e a sensação de responsabilidade. Cada pessoa tinha a oportunidade de ficar do lado certo: da justiça contra os assassinos, da natureza contra os devastadores, da vida contra a morte.

Mas esse era, ao mesmo tempo, o lado da civilização contra a barbárie. E não ficou suficientemente explícito que a barbárie era a própria civilização. Sem superação, o impasse foi reproduzido no interior mesmo da boa consciência que o mundo adquiriu. Perdeu-se a chance de revisão do padrão civilizatório. A incapacidade geral de alcançar toda a profundidade do símbolo foi expressa nos diversos enquadramentos do fato Chico Mendes, do fato Amazônia. Abordagens políticas, ecológicas, econômicas, não deram suporte ao conjunto de significados que haviam sido abertos. Uns “gringos” escreveram livros, outros fizeram filmes, alguns espertos ganharam dinheiro. Chico Mendes morreu várias vezes.

Ao último nível, agora subamos ou desçamos, conforme o ponto de partida de cada um. A ele não daremos nome, recusando as tentações do “imaginário”, do “inconsciente coletivo” e até do “espiritual”. Apenas tentaremos, abandonando as pretensões racionais, visualizar regiões mais distantes. Imaginemos a contribuição que a Amazônia e seus povos estão dando à humanidade.

Talvez haja algum lugar no qual se juntem as experiências de todos os povos. Povos do litoral e da montanha, dos desertos e das ilhas, dos campos e das cidades, do gelo e da floresta. Dessas experiências é feita a humanidade, talvez muito mais que de outras. A das nacionalidades, por exemplo, não parecem bem mais superficiais? As diferenças entre o habitante de Tóquio e o de Nova Iorque não seriam menores que entre estes e os camponeses de seus respectivos países?

É possível aceitar que as experiências Inca, Maia e Asteca tenham se perdido para sempre sem ter sido assimiladas, ao menos em parte, pelo restante da humanidade? Talvez seja mais verdadeira a idéia dos místicos que dizem ainda hoje receber mensagens dos atlantes, habitantes de um continente que teria submergido numa catástrofe imemorial deixando-nos, por herança, narrativas de um dilúvio nos mitos de gênese em vários povos.

Chico Mendes chamou a atenção do mundo para a experiência dos povos da floresta. Revelou à consciência coletiva o fato de que parte dela emana de uma vivência coletivamente “inconsciente”: a extração de leite nas árvores, as longas caminhadas à procura de caça, as horas pacientes à espera do peixe, a viagem de canoa pelos rios, o medo das onças e dos seres encantados, a colheita dos frutos dadivosos da natureza, o sangue derramado na luta pela posse de um território, a solidão dos varadouros, o reflexo do sol nas águas barrentas, a chama da lamparina no breu das noites, o brilho das estrelas, a luz da lua na palha orvalhada dos barracos, as mirações da ayahuasca, a cura milagrosa das ervas medicinais, a algazarra dos meninos no banho de igarapé.

A morte de Chico Mendes mostrou o quanto esse tesouro humano está ameaçado. O quanto está sendo varrido feito entulho para a periferia das cidades. O quanto é pouco um século para a fixação de uma tradição e sua tradução em outras linguagens. O quanto é perigoso interromper, agora ou a qualquer tempo, essa experiência existencial que a humanidade está fazendo na floresta. ☞

## QUEM É ANTONIO ALVES

Nascido em Brasília, Acre, o jornalista Antonio Alves, 42 anos, compôs o grupo político que se aglutinou em torno da luta dos seringueiros contra os projetos agropecuários levados à Amazônia pelo governo federal, no final da década 70. Entre a infância no Acre e seu envolvimento com os povos da floresta, aventurou-se por algumas capitais do país e dedicou-se à revolucionária Libelu (Liberdade e Luta). Voltou para sua terra natal no início dos 80, já ligado ao PT. “Do trotskismo ficou apenas a tendência à ortodoxia, que canalizei para a religião”, afirma. Toinho, como é chamado pelos amigos, é hoje um “praticante ortodoxo do Santa Daime” e coordenador de mídia na campanha de Jorge Viana (PT) ao governo do Acre.

## RONALDINHO E CATÁSTROFES

*Ainda vamos ouvir falar muito sobre o que “realmente” aconteceu entre às 14h30 e às 20h50 do fatídico dia 12 de julho — entre a crise de Ronaldinho e a entrada da seleção em campo na final da copa. Tudo o que você ouviu e leu será multiplicado por interpretações, análises, revelações, artigos, ensaios, livros, peças, novelas e filmes. Pode esperar.*

*Depois da tragédia, em pleno ritual de autoflagelação nacional, ouvi a Marta Suplicy denunciar, no rádio, a conspiração capitalista da Nike, li Mário Prata xingando Zagallo de esbirro da ditadura e assisti meu dentista, convicto, pôr a culpa no Pedro Bial: “Você não viu que a Globo parou de pôr a Susana Werner no ar”? Também há a conspiração da Fifa na Internet, o envenenamento e a hipótese do choque anafilático.*

*Experimente ler os jornais da semana seguinte ao jogo, hoje. É estupefacente a quantidade de contradições que a imprensa propaga quando reporta “em cima da hora”. Se alguém se der ao trabalho de comparar jornais e noticiários pode concluir que tudo, qualquer coisa, pode ser impressa ou transmitida. O pandemônio é a norma e nada bate com nada. É normal dois jornais de uma mesma empresa se contradizerem. Versões, hipóteses, palpites, boatos, especulações, vale tudo. Todo mundo “chuta”. Se colar, ótimo.*

*Do lado de quem lê, todos parecem perder um pouco da razão em busca de uma explicação para o inverossímil. Assistir a seleção dar uma rele cabeçada a gol em 45 minutos do primeiro tempo, depois do belo jogo com a Holanda, é de duvidar dos olhos. Como é possível? O colapso foi pior do que o do populismo no Brasil. O tilt do Ronaldinho abalou o time até a medula (que já não era sólida), no pior momento possível. Os franceses marcaram bem, ficamos que nem barata tonta, e eles ganharam.*

*E daí? Na última batalha, a decisiva, você dispensaria sua melhor arma, seu melhor jogador, ainda que baqueado, mas liberado pelos médicos e insistindo para jogar? Eu, não. Sim, pode ser, talvez tivéssemos ganhado com o Edmundo. Mas se não tivéssemos, ouviríamos sobre a “síndrome” de não escalar Ronaldinho, e a “vocação nacional para a derrota”, até o fim dos tempos.*

*Porque este flagelo metonímico na alma nacional? Este complexo de vira-lata? Qual o problema? Ganhamos quatro copas. Acabamos essa como vice. Vencemos o melhor jogo, contra a Holanda, uma verdadeira ópera, uma partida memorável, tensa, difícil e vencida com afinco.*

*É lógico que esse povo sofrido merecia comemorar a vitória — em vez de assistir a maior festa francesa, desde a queda do nazismo, celebrar a imigração e a diversidade racial (para azar do Le Pen). Aliás, para quem achava que o carnaval futebolístico brasileiro era brega, a euforia patriótica francesa, rematada por desfile militar com tanques e Mirages, no 14 de julho, estabeleceu um novo patamar.*

*Os deuses nos roubaram essa. A França mereceu ganhar o jogo sinistro, embora aqueles pernas-de-pau não joguem nada. Quanto ao Ronaldinho, tudo bem, é um craque, é um garoto, foi massacrado, etc, etc. Mas que ficou devendo, ficou. O dentuço. Não ter que contratar psicanalista em 2002. ☞*



## Medida provisória libera degradação por até dez anos



Poluidores de plantão aplaudem medida do governo.

O governo federal debilitou, no último dia 10 de agosto, a efetividade da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) por um período que pode alcançar dez anos, com a publicação da Medida Provisória nº 1.710. Assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause a poucos meses de três meses das eleições, a MP é uma evidente vitória dos setores empresariais que vinham se queixando dos "prejuízos" que a nova Lei, em vigor desde 30 de março, lhes impunha.

A decisão concede a empreendimentos danosos ao meio ambiente a possibilidade de celebrarem "termo de compromisso" com os órgãos do Sisnama (secretarias e órgãos ambientais municipais, estaduais e federal), através do qual se comprometem a adequar-se à norma ambiental ao longo de períodos que podem variar de 90 dias a 5 anos. Durante a vigência do acordo ficam suspensas as sanções administrativas (penalidades) decorrentes dos procedimentos degradadores que geraram o acordo. Na prática, a MP permite que tais empreendedores cultivem seu passivo ambiental por até dez anos, já que a vigência do termo de compromisso é prorrogável pelo mesmo período fixado.

A publicação da MP 1.710 entra para a história da legislação ambiental brasileira como um dos

atos do Executivo mais ineficazes de que se tem notícia. Paradoxalmente, é também uma prova da eficácia da Lei de Crimes Ambientais, já que antes de sua promulgação degradar o meio ambiente compensava financeiramente.

### PRÊMIO AOS DEGRADADORES

Resultado de ampla negociação política entre governo, parlamentares e a sociedade civil organizada, a nova Lei de Crimes Ambientais não criou novas exigências para os processos produtivos, mas tornou, para os protagonistas de ações degradadoras, mais caro poluir que adequar-se às normas vigentes desde 1981. "As beneficiárias dessa medida são exatamente aquelas empresas que descumprem a legislação desde 81, quando foi instituída a Lei 6.938, que criou a Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil", interpreta o advogado do ISA, Sérgio Leitão.

Ao mesmo tempo que mantém o ônus de atividades lesivas ao meio ambiente nas costas da sociedade, a MP traz ambigüidades e omissões que deverão convulsionar os setores técnicos, jurídicos e administrativos dos órgãos ambientais. A redação do dispositivo afirma que os protagonistas de empreendimentos degradadores em curso no dia 30 de março, data da entrada em vigor da Lei de Crimes Ambien-

tais, poderão requerer, mediante pedido protocolizado nos órgãos ambientais competentes, a assinatura dos termos de compromisso pelos quais se livram das penalidades e acertam prazos para entrarem na linha. Entretanto, não há palavra que excetue os novos projetos dos benefícios da nova medida. "Na prática, a MP autoriza que esses novos projetos já se instalem poluindo", interpreta João Paulo Capobianco, secretário-executivo do ISA.

Além disso, como os critérios para definir as exigências e os prazos para a adequação de tais empreendimentos à lei serão estabelecidos entre o empreendedor e o órgão ambiental, estão criadas condições para que tais órgãos sejam submetidos a toda sorte de pressões. Outro ponto é que as agências que compõem o Sisnama serão abarrotados por pedidos e assinaturas de termos de compromisso, que demandarão análises técnicas e acompanhamento num volume que nenhum órgão está em condições de metabolizar. "A exemplo do que ocorre com os EIA-Rimas, o poder público vai atuar como consultor das empresas e a conta será paga pelos contribuintes", prevê Capobianco.

Embora a MP não impeça a ação do Ministério Público e do Judiciário no combate aos crimes ambientais, será difícil processar os setores beneficiados pela medida governamental. "Como um juiz irá condenar alguém que polui se ele o faz com o beneplácito do Estado?", pergunta o advogado Sérgio Leitão. Ele prevê que a ação fiscalizadora dos órgãos recairá preferencialmente sobre aqueles que não têm condições de se aproveitar das vantagens da medida – pequenos agricultores, extrativistas, "os pobres de sempre", enfatiza.

### SURPRESA DESAGRADÁVEL

Inconformados com a publicação da MP 1.710, os deputados Gilney Viana, Ivan Valente (ambos do PT), Fernando Gabeira (PV), Luciano Pizzato (PFL) e Fábio Feldmann (PSDB) estiveram reunidos, no último dia 12 de agosto, com advogados e assessores partidários para avaliar suas conseqüências e identificar ganchos técnicos que pudessem amparar uma ação judicial contra o governo federal. Acusações de traição e ilações sobre a conveniência da decisão no momento em que a campanha para o Planalto demanda contribuições financeiras não faltaram. Os parlamentares consideram que todo o pacto em torno da votação da Lei de Crimes Ambientais foi desprezado pelo Executivo. Uma ação direta de inconstitucionalidade foi protocolada, pelo PV e pelo PT, no Supremo Tribunal Federal no mesmo dia.

Assim como os ambientalistas, os parlamentares foram surpreendidos pelo anúncio da MP. Suspeita-se que a trama de sua elaboração foi urdida no Gabinete Civil da Presidência da República sem que nem mesmo o ministro do Meio Ambiente soubesse. Não vazou uma palavra. Uma semana antes, durante reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente – que elabora a política ambiental do país, não houve sequer "fofoca" sobre o assunto. Entretanto, circularam na reunião números que ajudam a compreender por que searas a medida deve ter sido construída: 20% do PIB nacional é gerado por atividades produtivas em desacordo com a legislação ambiental. Além disso, o Ibama contabiliza 11 mil notificações a empreendimentos sujos desde o dia 30 de março.

## Migração industrial deteriora qualidade de vida na região de Campinas

A região de Campinas está na iminência de atingir níveis de poluição e degradação ambiental semelhantes aos da Grande São Paulo e de Cubatão. O alarme provém do estudo "Riscos Técnicos Coletivos Ambientais na região de Campinas, São Paulo", coordenado pelo pesquisador Oswaldo Sevá Filho e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam), da Unicamp. "É uma iniciativa inédita, que traz ao conhecimento público as formas e os locais onde o equilíbrio ecológico da região está comprometido", afirma Sevá Filho.

O corte geográfico do estudo, finalizado em 1997, traça um polígono que desce de Mogi-Guaçu a Jundiá, a leste, toma como limite sul a SP-300, subindo daí em direção à Piracicaba e seus arredores. Trinta e três municípios foram observados. Os dados, levantados durante quatro anos de pesquisas, apontam que cerca de 80% dos rios da região estão contaminados por resíduos tóxicos provenientes de esgotos industriais e urbanos e os índices de poluição atmosférica são comparáveis aos das regiões mais densamente industrializadas do mundo. O crescimento demográfico, induzido pelas atividades econômicas, é de 3,3%, três vezes superior à taxa de São Paulo (1,11%), de acordo com o censo do IBGE de 1991.

### RISCOS E IMPACTOS

Os desequilíbrios sociais e ambientais observados pelo Nepam estão relacionados com a migração de indústrias para a região, iniciada na década de 80. A inépcia dos municípios e do próprio Estado para gerir a demanda por serviços públicos e controlar os impactos desse adensamento industrial é apontada como causa fundamental no processo de degradação de sua qualidade de vida.

Campinas, tomada como núcleo desse espaço em transformação, apresenta hoje os piores índices de condição de vida da área pesquisada. Deficiências no sistema habitacional têm feito crescer favelas nas barrancas e na várzea do rio Capivari e dos ribeirões Anhumas, Quilombo e Piçarrão. O rio Atibaia, caso mais grave na região, transporta a metade da carga de detritos urbanos trazidos de Campinas pelo Ribeirão Anhumas (2 mil li-



Campinas: indicadores ambientais comparáveis aos da Grande São Paulo.

tros/s), depois de receber cerca de 8 mil litros/s de esgotos industriais da Rhodia. De acordo com relatos de moradores, seus peixes têm "gosto de querosene".

### EXPORTANDO SUJEIRA

Estimativas da Cetesb (1992/93) informam que 1,35 mil toneladas diárias de lixo doméstico são produzidas somando-se o percentual dos 33 municípios, que compõem uma população de 2,7 milhões de pessoas. Os resíduos industriais gerados na área alcançam 3 mil tone-

ladas. Sem capacidade para absorver esse montante, a região passou a ter que "exportar" seu excedente de sujeira, comprovando a inadequação das estações de tratamento e disposição. Empresas como a própria Rhodia e a 3M remetem um caminhão por dia de detritos para serem queimados em uma cimenteira em Minas Gerais.

O estudo do Nepam identificou 160 empresas como potenciais agentes poluidores, considerando indicadores como quantidade de resíduos sólidos e efluentes produzidos, as formas de armazenamento de insumos e produtos, as emissões para atmosfera e os riscos sobre o ambiente de

### INCENTIVOS À INTERIORIZAÇÃO

Análises promovidas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) identificaram um boom industrial na região de Campinas a partir do início da década de 80. De acordo com o analista Luis Antônio Paulínio, a guerra fiscal entre os estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, que nesta época estavam empenhados em atrair o maior número de empreendimentos para incrementar suas receitas, impulsionou a adoção de incentivos pelo governo paulista. "A oferta de novos mercados no interior ocasionou a migração de uma parcela significativa de indústrias para as cidades localizadas em um raio de 150 km da capital".

A política de incentivos, somada às facilidades logísticas de transporte, disponibilidade de recursos naturais (água e solo) e excelência de serviços, foi decisiva para assegurar o êxodo de empresários dos setores têxtil, metalúrgico, de montagem mecânica, fabricação química, informática, eletrônica, telecomunicações e refinarias para a região. Durante a gestão Fleury (1990 a 94), essas diretrizes foram reiteradas através do chamado Fórum Paulista, que viabilizou a gestão dos sistemas de tratamento de esgotos pela iniciativa privada em algumas cidades.

Atualmente, a região ocupa o segundo lugar no cenário industrial do país; somente em Campinas existem 4,5 mil estabelecimentos industriais onde operam 50 das maiores empresas do mundo. A prosperidade econômica, entretanto, tem cobrado seu preço: em 1994, a Cetesb efetuou 22 atendimentos a acidentes ambientais na área metropolitana do município.





O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor  
Neide Esterci (*presidente*),  
Eduardo Viveiros de Castro  
(*vice-presidente*), Carlos  
Frederico Marés de Souza  
Filho, Enrique Svirsky e Minka  
Bojadsen Capobianco

Secretários Executivos  
João Paulo Capobianco  
Marina Kahn (Adjunta)

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**

Av. Higienópolis, 901  
01238-001 São Paulo - SP  
tel: 55 11 825-5544  
fax: 55 11 825-7861  
internet: socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 112  
70862-530 Brasília - DF  
tel: 55 61 349-5114  
fax: 55 61 274-7608  
internet: isadf@tba.com.br

<http://www.socioambiental.org>

apoio institucional



ICDO

**ITACUERETABA****JOÃO PAULO CAPOBIANCO**

**V**oltar para um lugar que marcou muito fortemente nossa infância nem sempre é uma experiência agradável. Muitas vezes ela é extremamente frustrante. Isto decorre, em certas circunstâncias, do simples fato de que as características marcantes do local perderam significado diante do olhar mais velho, de um novo momento da vida ou de um estado de espírito diferente daquele que nos inspirava quando fizemos a descoberta.

Em outras situações, no entanto, o reencontro é bem mais dolorido. De repente, o lugar que te marcou foi destruído ou desfigurado a ponto de perder os atributos originais que te fascinaram. Esta é uma sensação terrível.

O temor de viver esta experiência marcou minha volta, quase trinta depois, a Itacueretaba, "a cidade extinta de pedras", localizada no Parque Estadual de Vila Velha, município de Ponta Grossa, no Paraná, a aproximadamente 80 km de Curitiba.

A primeira vez que estive lá, fui levado pelos meus pais. Tinha onze anos e fiquei profundamente impactado com o que vi. Uma cidade formada de enormes blocos de pedras esculpidas ao longo de milhares de anos, formando muralhas de causar vertigem, grutas misteriosas e dezenas de curiosas formas sugerindo imagens de animais e objetos gigantes.

Percorrer os corredores apertados entre paredes altíssimas e os amplos anfiteatros naturais, esperando a qualquer momento encontrar um ser pré-histórico ou representantes de uma tribo indígena desconhecida, foram cenas e sensações que permaneceram em meus sonhos por muitos anos. Isto sem falar da incrível pedra suspensa. Um bloco rochoso perfeitamente equilibrado no vão formado entre dois paredões, prestes a cair sobre seus admiradores. No meu imaginário, tinha certeza que fora ali colocado para defender a "cidade" de um ataque inimigo.

As explicações de meu pai sobre a origem daquelas formas não seguraram minha imaginação. Sinceramente não consegui memorizar que se tratava de uma formação arenítica resultante do depósito de um grande volume de areia há mais ou menos 300 milhões de anos, no período carbonífero, quando esta região estava coberta por um lençol de gelo. Também não lembrava que as formas se originaram do movimento das massas de gelo, que acumularam toneladas de fragmentos rochosos, posteriormente trabalhados pela erosão dos ventos, chuvas e riachos. Para mim era a cidade de pedras, um dos lugares mais misteriosos que havia conhecido na vida. E foi com estas imagens na cabeça que retornei a Itacueretaba,



Parque de Vila Velha: sinais de gestão incompetente por toda a parte.

para uma experiência que me causou um misto de felicidade e decepção.

Felicidade porque as rochas ainda estavam lá, intactas e imponentes com seus tons avermelhados refletindo o sol de fim de tarde. Revi a esfinge, o índio, o urso, o camelo, a enorme proa do navio, a gigantesca muralha do castelo, a noiva, o gorila e a famosa taça, cartão postal do lugar. Até a incrível rocha suspensa resistia, desafiando aqueles que, como eu, pensavam que iria cair com a próxima rajada de vento.

Decepção porque, apesar da força do local ter permanecido, sua beleza está profundamente comprometida. Vítima de uma gestão desastrosa e da falta de orientação e de padrões adequadamente definidos, o parque foi infestado por placas enormes e mal feitas, que vão desde indicações óbvias que tentam "garantir" que todos os visitantes vejam a garrafa, o leão e as outras dezenas de formas, até dizeres ridículos sobre a beleza e fragilidade do planeta Terra. Espalhados pelo parque, interrompendo corredores ou ocupando o centro dos anfiteatros naturais, há enormes blocos de cimento que eram utilizados para apoiar holofotes utilizados na iluminação noturna, hoje desativada. Sinais que demonstram o descuido na gestão de um dos mais importantes monumentos naturais brasileiros.

Forte para resistir ao ataque impiedoso do tempo, Itacueretaba parece não estar preparada para enfrentar os bárbaros e insensíveis que querem transformá-la numa espécie de avenida Paulista de mal gosto. Talvez, meu imaginário de criança não estivesse tão errado. A pedra suspensa foi lá colocada para impedir um ataque. Mas o ataque só ocorreu agora. ☹

**Agenda**

• **I Conferência Environment-water: Innovative Issues in Irrigation and Drainage. Lisboa/Portugal.** De 16 a 18 de setembro. Promoção: INAG. Informações: 00 351-1-8473000 e pelo e-mail: lenaman@inag.pt